

ANO 6
Nº 21
MARÇO
ABRIL
2009

Maranhão Industrial

Impresso
Especial

18061/2005-DR/MA
FIEMA-MA

CORREIOS

EM BAIXA

Preço das commodities faz
repensar desenvolvimento

CONSUMO

Empresas locais visam novos mercados

CONSTRUÇÃO CIVIL

Programa do governo federal confirma tendência imobiliária

RECICLAGEM

Toneladas diárias de lixo geram novos negócios



WWW.
SENAI.
BR/
DESIGN

Tendências
e inspirações
esperando você
na internet.

Portal SENAI Design.
Tendências em vestuário,
mobiliário, calçados,
couro e acessórios.



SENAI, parceiro da indústria no design.

Vice-presidentes: William José Nagem
Jair Rosignoli, Franklin Delano M. Rocha, José Orlando Soares L. Filho, Edivan da Silva Amâncio, José Raimundo N. Sarmento, Mário Machado Mendes, José Ribamar B. Oliveira, José Augusto Batista, Francisco de Assis Miranda, Benedito Bezerra Mendes, José Antonio Buhaten, José de Ribamar Barbosa Belo, Joanas Alves da Silva, Ricardo Nascimento, Antonio Carlos Lopes Ribeiro, Pedro Robson H. da Costa, Cirilo José Campelo Arruda, Carlos Augusto F. Mendes, Júlio Rodrigues dos Santos.

1.º Secretário: Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo

2.º Secretário: Rachid Abdalla Neto

1.º Tesoureiro: José de Ribamar Fernandes

2.º Tesoureiro: João Alberto Mota Filho

Conselho Fiscal: José Seabra Godinho, Eduardo de Souza Leão e João Neto Franco

Suplentes do Conselho Fiscal: Antônio Alves Barbosa,

Neife Abdalla e Carlos Alberto Ferreira da Silva

Delegados Representantes Junto à CNI:

Efetivos: Jorge Machado Mendes e Francisco de Sales Alencar

Suplentes: Edilson Baldez das Neves e Pedro Robson Holanda da Costa.

Presidentes dos sindicatos afiliados: Ana Ruth Nunes Mendonça, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito Bezerra Mendes, Edivan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Barros Carvalho, Francisco de Assis Miranda, Joanas Alves da Silva, João Alberto Teixeira Mota Filho, João de Deus Pires Leal Neto, João Neto Franco, José Raimundo Sarmento, José Antonio Buhaten, José de Ribamar Fernandes, Francisco das Chagas Oliveira, Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Nelson José Nagem Frota, Paulo Roberto Costa Nagem, Cláudio Donizete Azevedo, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804

www.fiema.org.br - maranhaoindustrial@hotmail.com

Superintendente e Consultor Econômico: Marco Antonio Moura da Silva

Edição: Portal da Comunicação

Editora: Cíntia Machado

Reportagem: Cida Macêdo, Cíntia Machado, Érika Rosa, Luís Fernando Baíma, Marta Barros, Nina Mochel, Ribamar Cunha e Selma Figueiredo.

Fotografia: A. Baêta, Edgar Rocha, Francisco Campos, Francisco Stuckert e Banco de Imagens.

Capa e Editoração: Prole Comunicação
contato@prolefilmes.com.br / (98) 8868.6069

Impressão: Halley Gráfica e Editora

CONTATO COMERCIAL:

(98) 3212-1897

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Ao Editor

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.

AO LEITOR

Caro leitor,

Em meio a mudanças tão constantes na economia global, parece impossível chegar até você com informações atualizadas sobre as consequências da crise financeira mundial na nossa economia. Mas tentamos, e já na matéria de capa a Revista Maranhão Industrial analisa, com a ajuda de economistas, os setores que mais sofrem com essa onda de demissões, baixos preços dos produtos no exterior e pouca demanda internacional pelas nossas commodities soja, ferro gusa e minério.

Das medidas anunciadas pelo governo federal, dizem os especialistas, o pacote da construção civil – o chamado Minha Casa Minha Vida – é o que mais tem chances de reanimar a economia local, se comprado à redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, porque gerará postos de trabalho dentro do estado e não nos grandes centros.

Como nem tudo que a onda gigante trouxe é lixo, os economistas acreditam que esse é um momento para repensar a economia local, totalmente dependente de uma pauta exportadora limitada. Há espaço, dizem eles, para que de fato aconteçam as parcerias público-privadas e que estejam na lista de intenções o adensamento de cadeias produtivas como a do grão e do alumínio.

Na entrevista desta edição você confere a conversa que tivemos com o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, sobre os novos empreendimentos para a geração de energia no estado e que o Maranhão pode tornar-se um grande produtor de energia limpa, especialmente solar e eólica.

E na matéria sobre a Marca Maranhão você fica sabendo quais as indústrias que estão ganhando mercado dentro e fora do estado com produtos que vão do sabão em pó, passando pelo refrigerante até o arroz. Tem também matéria sobre como empreendedores estão buscando lucro no lixo com a reciclagem de materiais e qual o perfil dos imóveis mais demandados em São Luís. Em cultura você conhece as principais regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, mas não se preocupe: nós e você ainda teremos até 2012 para nos adequarmos.

Boa leitura.

A editora

Maranhão Industrial



Consumo 16
Empresas locais visam novos mercados



Crise 20
A onda chegou ao Maranhão e compromete especialmente as exportações de *commodities*

SEÇÕES

Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

Alumínio 28

Em junho, fica pronto documento que norteará a agregação de valor ao alumínio fabricado no estado



Construção civil 25
Programa do governo federal confirma tendência imobiliária no estado



Reciclagem 30
Em São Luís, parte das 1.400 toneladas diárias de lixo gera novas oportunidades de negócio



PALAVRA DO PRESIDENTE

Jorge Machado Mendes*

Trabalho e competência

A crise financeira e seus impactos na economia mundial e brasileira ainda são principal assunto no dia-a-dia de cada um de nós. Em que pese os erros e acertos, o governo federal tem procurado tomar medidas com o objetivo de minimizar os efeitos da crise no país.

Ressalte-se, porém, que boa parte dessas medidas tem sido sugerida pelo setor produtivo, especialmente pelo Sistema Indústria, a exemplo da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que primeiramente beneficiou o setor automobilístico, assegurando assim a retomada da produção e do nível de vendas.

Em seguida, as medidas do governo foram direcionadas para a construção civil, inegavelmente um dos setores de maior importância para a economia brasileira, pelos milhares de empregos que gera e ainda pelo grande alcance social de contribuir para a redução do déficit habitacional. Apoio ao setor que acontece por meio de pacotes de incentivo à produção como o programa Minha Casa Minha Vida, e da redução de IPI em insumos importantes da

cadeia, como o cimento, telha entre outros.

O Programa Minha Casa Minha Vida nos chama a atenção pela meta audaciosa de construir 1 milhão de novas moradias em todo o país, em benefício de famílias com rendimento de 3 até 10 salários mínimos. Este programa, com certeza irá dar uma injeção de ânimo ao setor da construção civil, principalmente em nosso estado, que necessita de investimentos dessa magnitude para alavancar a economia.

Também nos dá a certeza de que os cerca de 2.100 postos de trabalho perdidos pelo setor da construção civil no primeiro trimestre de 2009 no Maranhão, decorrentes dos impactos da crise financeira, serão recuperados a partir dos diversos canteiros de obras que se instalarão em nosso estado, como resultado das ações do Programa Minha Casa Minha Vida.

As nossas empresas, com certeza, estão preparadas para ajudar o Brasil nessa grande corrente de enfrentamento da crise, com trabalho e competência. ■

**Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

EXPANSÃO I ▼

Mesmo em tempos de crise financeira, o Porto do Itaqui conseguiu atrair investimentos para projetos de expansão. Foi assinado em março convênio com a Agência Internacional Japonesa de Cooperação (JICA), um braço do governo japonês que investe em grandes projetos nos países em desenvolvimento e que, no Itaqui, investirá nos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto de ampliação.

EXPANSÃO II

A obra visa adequar o Porto do Itaqui para receber as demandas de grandes investimentos futuros, como a Refinaria Premium I da Petrobrás, a maior da América Latina; duas termoelétricas, uma em São Luís e outra no interior do estado; e uma fábrica de celulose do Grupo Suzano. A estimativa é que o montante dos investimentos na expansão do Porto chegue a U\$1,2 bilhão.



COMÉRCIO

Na mesma Medida Provisória que impôs novas regras para a construção civil, o governo federal reduziu a zero a alíquota da COFINS incidente sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas

de cilindrada inferior ou igual a 150cm³. Apenas nos três primeiros meses do ano, com destaque para janeiro, foram vendidos mais de 11 mil motocicletas no estado, segundo dados do Detran-MA.

PESCA

Serão injetados cerca de R\$ 20 milhões no setor pesqueiro do estado. Os recursos são do Programa Arranjo Produtivo Local (APL) da Pesca e Aqüicultura, executado pelo governo estadual em parceria com o SEBRAE. O investimento será em fábricas de gelo, novo mercado em São Luís e um centro de formação na área. Além da capital, os municípios de Alcântara, Paulo Ramos, Brejo, São Bernardo, Pedreiras e Santa Luzia do Paruá serão beneficiados. O setor de pesca e aqüicultura envolve 200 mil famílias.

ENERGIA

A Revista Exame de março comparou a Cemar à Companhia de Distribuição de Energia Elétrica do Piauí, a Cepisa. A maranhense, privatizada em 2000, de acordo com o ranking da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, ficou entre as cinco melhores concessionárias do país. A resposta para o desempenho que tirou a Cemar do 27º lugar em 2002 está na gestão da empresa. Para a publicação, a empresa que quase chegou a 'quebrar' e ainda tem o que melhorar, já pode ser 'copiada' pela vizinha Cepisa.

LINHA BRANCA ▼

Com a medida do governo de baixar o IPI também da chamada linha branca (geladeiras, fogões e máquinas de lavar), a expectativa é barrar uma queda de 12% na venda desses eletrodomésticos. O imposto sobre as

geladeiras caiu de 15% para 5%. O dos fogões passa de 5% para zero, das máquinas de lavar de 20% para 10% e o dos tanquinhos de 10% para zero. A medida ficará em vigor até o dia 16 de julho.





TURISMO

O governo federal também lançou em abril o crediário Caixa Fácil para o Turismo, iniciativa da Caixa Econômica Federal (CEF) em parceria com o Ministério do Turismo. A linha de crédito bancário será destinada ao financiamento de pacotes de viagens e outros produtos oferecidos por operadoras e agências do setor. A estratégia é ampliar a oferta de crédito para estimular a demanda no mercado consumidor. Pacotes de viagem no valor máximo de R\$ 10 mil poderão ser financiados em até 24 meses.

TURISMO II

Estimativa do Ministério do Turismo, em decorrência da crise internacional e seus efeitos, dão conta de que o fluxo de visitantes no país aumentou 20% nos dois primeiros meses do ano, índice com base nas taxas de ocupação dos hotéis, aluguel de carros e venda de pacotes turísticos pelas agências. Apesar disso, garante o empresário e presidente eleito da FIEMA, Edílson Baldez, a variação do dólar foi neutralizada pela crise econômica e afetou o turismo de negócios, de eventos e de lazer no estado. Ele credita esse resultado ao 'efeito psicológico' da crise.

TURISMO III

A ocupação dos hotéis na capital no primeiro trimestre de 2009, considerada alta estação, sofreu uma queda de 25%. Na Semana Santa, por exemplo, quando os hotéis de São Luís esperavam uma ocupação de 85%, apenas 50% da estimativa foram alcançados. Em Barreirinhas, porta de entrada para os Lençóis Maranhenses, nesse feriado, a ocupação foi considerada razoável. Isso porque o estado sofreu impactos no turismo de eventos e negócios demandado por grandes empresas como Alcoa e Vale, que reduziram ou até pararam esses eventos nessa época do ano. A demanda vem sendo retomada lentamente.

TURISMO IV

Taxa cambial elevada, como explica o economista José Cursino Raposo Moreira, cria a possibilidade de intensificar o turismo interno e estimula o turismo exterior. Mas para aproveitar essa onda é preciso fazer o dever de casa, como infra-estrutura viária e aeroportuária, qualificação profissional e melhora dos produtos turísticos. 'O poder público tem que investir no turismo como prioridade', ressalta o empresário Baldez.

Escola ativa, comunidade feliz.

O Prêmio Construindo a Nação, parceria do Instituto da Cidadania Brasil com a Confederação Nacional da Indústria e o Serviço Social da Indústria, foi instituído com o objetivo de destacar, valorizar e mostrar como exemplo, criando referências, as ações que as escolas públicas e privadas do ensino médio, ensino fundamental e EJA, realizam com a presença ativa de seus alunos no diagnóstico e ações práticas de solução para problemas das comunidades onde as escolas estão situadas.

O Sesi Maranhão parabeniza todas as escolas participantes deste importante processo de valorização da educação no país e em especial as vencedoras do Prêmio edição 2008.



**PRÊMIO
CONSTRUINDO
A NAÇÃO 2008**

1º Lugar

Centro Educacional Colméia - São Luís

2º Lugar

Escola Anna Adelaide Bello - Sesi São Luís

3º Lugar

Escola Presidente Médice - Sesi Bacabal

REALIZAÇÃO



“Maranhão tem enorme capacidade para gerar energia limpa”

Por Nina Mochel

Energia é fator de desenvolvimento e um dos elementos decisivos para a instalação de indústrias em qualquer lugar do mundo. O Maranhão é considerado suficientemente atrativo para abrigar dois grandes projetos de geração de energia do governo federal: a Usina Termelétrica no Porto do Itaqui, da MPX, e a Hidrelétrica Estreito Energia, do Consórcio Estreito

Energia - Ceste, prevista para entrar em operação no ano que vem. A vinda desses empreendimentos deve garantir que não falte energia aos cidadãos brasileiros. Nesta entrevista, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, destaca as políticas desenvolvidas no setor energético e de mineração e afirma que com o planejamento atual não há déficit de energia no Brasil.

O ministro defende a instalação de térmicas, mas prioriza as hidrelétricas, e diz ainda que o governo e a Petrobrás trabalham em parceria para que a anunciada Refinaria Premium, a maior da América Latina, entre de fato em operação em 2013, em Bacabeira-MA. Ao que tudo indica, dessa vez não haverá risco de apagão no fim do túnel.



MI – O Maranhão está preparado e dá garantias de que pode receber projetos como a Refinaria Premium da Petrobrás e a siderúrgica?

Edison Lobão - O Maranhão foi escolhido para a implantação da Refinaria Premium I por reunir muitas características que viabilizam a sua escolha. Entre elas, posso citar (1) o potencial logístico para o recebimento de matéria-prima (petróleo) e escoamento de sua produção (derivados de petróleo) por meio de ferrovias, rodovias e instalações portuárias; (2) adequado sob o ponto de vista ambiental e social, e (3) atratividade econômica. Posso dizer que o governo e a Petrobras estão fazendo grande parceria para a instalação desse projeto no Maranhão. Já estão em elaboração os estudos e levantamentos locais necessários para contratar o projeto de terraplanagem do terreno. Já foram tomadas todas as medidas cabíveis para que o início das obras ocorra dentro do planejado, no primeiro semestre de 2013.

MI - Já está em construção no Distrito Industrial de São Luís a Termelétrica do Porto do Itaqui, projeto de uma série de térmicas anunciadas pelo Ministério de Minas e Energia para os próximos anos. O que representa esse empreendimento para o estado e para o Brasil?

EL - A Usina Termoelétrica Porto do Itaqui, em São Luís, terá capacidade de 360 MW. Para se ter uma idéia da importância deste projeto, a usina será capaz de gerar 20% da energia consumida no Mara-

“A empresa MPX fez uma parceria com o SENAI/MA para a qualificação de mão-de-obra local.”

nhão. Excluindo-se a Alumar, a usina será capaz de suprir 60% das necessidades do estado. O projeto já foi licenciado pelos órgãos estadual (SEMA) e federal (IBAMA). As obras iniciaram-se em fevereiro de 2009 e a usina deve entrar em operação até o final de 2011. Durante a construção haverá geração de cerca de 4.500 empregos e na operação de 1.500 empregos diretos. O investimento total é da ordem de R\$ 1,5 bilhão e o projeto faz parte do PAC. O projeto inclui o reassentamento de 94 famílias que habitavam o terreno onde será

construída a usina. Novas casas foram construídas para receber estas famílias, todas equipadas com geladeira, fogão, televisão, liquidificador e computador com impressora. O loteamento contará ainda com uma escola, uma quadra de esportes e um centro comunitário. Também foi desenvolvido um programa de sustentabilidade das famílias reassentadas, proporcionando treinamento em atividades agrícolas e orientação para comercialização da produção, assim como área rural para plantio. Adicionalmente, a empresa MPX fez uma parceria com o SENAI/MA para a qualificação de mão-de-obra local. O projeto foi enquadrado para financiamento de longo prazo pelo BNDES e está em fase final de aprovação. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), após análise detalhada dos aspectos técnicos, financeiros, sociais e ambientais, já aprovou o financiamento de longo prazo para a UTE Porto do Itaqui.

MI - Os ambientalistas têm se pronunciado nacionalmente contra a instalação de térmicas a carvão mineral no país. Que cuidados estão sendo tomados no licenciamento desses projetos para diminuir os impactos ambientais?

EL - Eu entendo que a Usina Termelétrica Porto do Itaqui foi aprovada e licenciada ambientalmente pelo IBAMA dentro das mais rigorosas exigências

para controle e monitoramento. Foram aprovados pela equipe técnica daquele órgão mais de 30 programas ambientais, que visam a mitigação e o controle para impactos ambientais relacionados ao meio físico, meio biótico e meio socioeconômico. Destaco o excelente trabalho feito para o controle de poluentes atmosféricos do projeto. Ele será procedido a partir da operação de equipamentos de controle de emissões que proporcionará o abatimento de mais de 99% do material particulado que seria emitido para a atmosfera, com redução de mais 95% das emissões de dióxido de enxofre e ainda terá tecnológica limpa para emissões de dióxido de nitrogênio. Além disso, o acompanhamento será realizado em tempo real pelo IBAMA. O lançamento de efluentes e destinação de resíduos também atende aos padrões para os parâmetros ambientais estabelecidos. O Centro Histórico de São Luís será também beneficiado com uma das estações automáticas para monitoramento da qualidade do ar, que em médio prazo deverá auxiliar no gerenciamento e manutenção do espaço que é considerado Patrimônio da Humanidade.

MI - Há também polêmica na importação do carvão, que deverá vir da Colômbia. E por que não é possível utilizar o carvão produzido no país?

EL - Com referência ao combustível a ser utilizado - carvão mineral importado - em São Luís temos o privilégio da localização geográfica estratégica e do porto organizado. A localização em terreno no Distrito Industrial próximo à zona portuária, com proximidade das instalações para escoamento de energia elétrica gerada, rodovia e

“O Brasil detém o privilégio de manter a sua matriz elétrica com base na geração hidrelétrica.”

ferrovia para acesso de insumos e subprodutos a serem consumidos ou gerados são questões que contribuíram para a escolha do empreendedor, além do fato da melhor qualidade do carvão, com teores de cinzas e de enxofre muito abaixo das características do carvão nacional. Esta característica contribui para uma redução de emissões de poluentes e de geração de rejeitos de cinzas, incidindo na redução de seus impactos ambientais.

MI - E por que não utilizamos mais do nosso potencial hidrográfico para gerar energia?

EL - São metas do ministério no seu Planejamento Energético a prioridade da geração hidrelétrica e de outras fontes renováveis. Dos 27 empreendimentos planejados, oito estão em processo de viabilidade, outros 10 em fase de estudos e mais 24 já em operação. Nossa expectativa é chegar próximo a 75.000 MW. Muito acima do número previsto de térmicas (16.160 MW). O Brasil detém o privilégio de manter a sua matriz elétrica com base na geração hidrelétrica.

MI - Há alguns anos, a Cemar dava prejuízo. Com a privatização, investimentos e nova gestão já é considerada uma empresa lucrativa e, se comparada com outras do mesmo porte, se transformou em exemplo a ser seguido. O que ainda é preciso mudar na empresa e outras pelo país para sanar problemas de déficit de energia, um grande entrave no Maranhão?

EL -As empresas distribuidoras de energia são responsáveis pelo atendimento ao mercado consumidor de energia em sua área de concessão. A garantia de acesso e a qualidade do fornecimento são de responsabilidade da CEMAR com fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os acessos ao sistema de subtransmissão serão equacionados pela ação da CEMAR contando com a parti-

cipação da Empresa de Pesquisa Energética, caso a solução indique a necessidade de ampliação da rede básica. O suprimento energético do Maranhão, bem como o de todos os estados brasileiros, é competência do Ministério de Minas e Energia com ações de planejamento desenvolvidas pela Empresa de Pesquisa Energética. Os estudos realizados indicam a necessidade de energia para o país e propõem a realização do leilão como forma de garantir o futuro atendimento ao mercado do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UTE Porto do Itaqui foi vencedora do leilão e optou pela instalação do empreendimento em questão em São Luís, trazendo melhor qualidade e segurança do suprimento ao estado pela sua proximidade com a carga. Deste modo, com o planejamento atual não existe risco de déficit de energia ao estado.

MI - As descobertas de novas reservas de petróleo aliadas à produção de etanol podem fazer com que o Brasil esteja apto, já na próxima década, a integrar a lista de países com energia de sobra para vender. Pesquisas com o chamado etanol de segunda geração, feitas a partir de sobras de colheitas e bagaço de palha de cana, podem dar ainda mais vantagem ao país, que poderia aumentar sua produção de etanol

sem precisar aumentar suas áreas de cultivo de plantas alimentícias ou de cana-de-açúcar. Qual pode ser a participação do Maranhão na produção de energia limpa na próxima década?

EL - O Maranhão tem uma enorme capacidade para gerar energia limpa, principal-

“Vamos realizar em novembro o 1º leilão de energia eólica do país. Com o grande potencial que tem, o Maranhão terá projetos vencedores.”

mente a solar e a eólica. O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) já está refazendo o atlas de energia eólica que apontará o real potencial do Brasil e dos estados. Estudos preliminares já apontam que a região litorânea do Maranhão guarda um grande potencial e tem excelentes ventos para geração de energia. O MME já iniciou projetos de geração de energia limpa com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas

de Energia, que contratou 3.300 MW de eólica, biomassa e PCHs. Os estudos estão adiantados e vamos realizar em novembro deste ano o 1º leilão de energia eólica do país. Com o grande potencial que tem, certamente o Maranhão terá projetos vencedores nesse leilão.

MI - Existe algum projeto do Ministério de Minas e Energia para a identificação do potencial mineralógico do estado do Maranhão?

EL - Determinei a realização de um “Diagnóstico das Cadeias Produtivas de Base Mineral no estado do Maranhão”, que será executado pela Secretaria Extraordinária de Minas e Energia do estado. Esse diagnóstico será mais amplo do que um inventário dos recursos minerais e do potencial geológico regional, pois está focado no estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da mineração. Isso inclui a interação com os demais agentes responsáveis pelo desenvolvimento - áreas de meio ambiente, desenvolvimento regional, logística, bem como a análise dos mecanismos institucionais necessários para a efetivação das políticas estabelecidas. Enfim, é um trabalho similar ao realizado em outros estados e que trouxe um significativo avanço no conhecimento do potencial mineral regional, da indústria da mineração em suas várias etapas e das dificuldades particulares de cada região do país.

MA Industrial - O Maranhão possui jazida de gipsita, no entanto, apesar da qualidade do gesso, o estado perde em competitividade por diversos motivos. Dentre eles o fato de não ter ainda um Pólo Gesseiro organizado, da maioria dos empregados que trabalham na jazida não ter vínculo empregatício, enfim. Como e quando a situação pode ser regularizada para chegarmos a ter um Pólo organizado com acontece em Araripina (PE)?

EL - O Maranhão possui aproximadamente 3% das reservas nacionais de gipsita. Estas reservas se concentram nos municípios de Codó e Grajaú. A produção de gipsita bruta no estado alcança 100 mil toneladas, cerca de 5% da produção brasileira, liderada por Pernambuco, com 90% da produção. Os desafios de organizar e desenvolver em bases sustentáveis a produção de gipsita, bem como a verticalização, na produção de gesso e artefatos, com qualidade, passam em primeiro lugar por uma união de esforços dos pequenos produtores, possivelmente organizados em um arranjo produtivo local (APL). É um processo já seguido por vários APLs de base mineral em outros estados, inclusive em Araripina-PE.

MI - Quando o Maranhão terá pesquisas de petróleo em seu litoral, principalmente em

Barreirinhas, onde há indícios de óleo e gás?

EL - O estado tem efetivamente exploração de hidrocarbonetos tanto em terra quanto no mar. Atualmente, existem 23 Blocos Exploratórios concedidos nas bacias marinhas de Barreirinhas (8 blocos) e do

“Há 23 blocos exploratórios com potencial para novas descobertas. Se houver sucesso, aumentam-se as chances de concretizarmos a oferta de gás natural no estado.”

Pará/Maranhão (5 blocos), e na bacia terrestre do Parnaíba (10 blocos). O valor investido em E&P (exploração e produção) no Maranhão entre 1998 e 2008 foi cerca de R\$ 220 milhões. Neste ano, já houve a perfuração de um poço no bloco BM-BAR-3, operado pela Devon, que encontrou indícios de gás. Até o final desse ano, deveremos ter outro poço perfurado no bloco BM-

BAR-1, operado pela Petrobras, um levantamento sísmico 3D no bloco do BM-BAR-4 e também a perfuração de um poço no bloco terrestre PN-T-68. Para a execução de tais atividades são estimados investimentos da ordem de R\$ 575 milhões. Na porção terrestre da Bacia de Barreirinhas não são possíveis atividades exploratórias devido a impedimentos de ordem ambiental.

MI - Em 2008, em reunião do ministro com o governo do estado, dentre outras questões, foi tratada a possível retomada do projeto do Gasoduto Meio-Norte. O Maranhão irá receber gás através desse gasoduto? Existe viabilidade para esse projeto?

EL - Determinei que estudos de viabilidade desse gasoduto fossem reavaliados e eles indicaram que atualmente não há disponibilidade de gás natural para o projeto. Entretanto, com o aumento da oferta de gás natural no país, tenho certeza de que esse projeto ainda se viabilizará. Além disso, no Maranhão há 23 blocos exploratórios com potencial para novas descobertas. No início de 2009, a Devon perfurou um poço no bloco BM-BAR 1, onde foram encontrados indícios de gás e até o final do ano a Petrobras deverá perfurar um poço no bloco BM-BAR 3. Havendo sucesso exploratório aumentam-se muito as chances de concretizarmos a oferta de gás natural ao mercado maranhense. ■

NOVOS MERCADOS

Mas para fazer frente à concorrência, faltam incentivos para produtos maranhenses

Por Érika Rosa

Já vai longe o tempo quando maranhense não consumia produtos produzidos aqui no estado. Embora não exista uma pesquisa recente sobre o assunto, os números mostram que o consumidor maranhense não só tem valorizado os itens “*made in* Maranhão” como ajudado as empresas maranhenses a expandir seus negócios e a alçar cada vez vôos mais altos em busca de novos mercados.

Mas embora a oferta de produtos feitos no Maranhão esteja maior nas prateleiras do comércio e a qualidade tenha melhorado, empresários ainda sentem falta de maior apoio, principalmente por parte do governo do estado, para a criação de um selo que identifique os produtos genuinamente maranhenses e ateste sua qualidade. Também reclamam que falta maior incentivo fiscal por parte do Fisco Estadual.

Segundo pesquisa realizada em 2005 pelo Centro de Assistência à Média e Pequena Indústria (Campi), vinculado à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), não existe rejeição a produtos fabricados no Maranhão entre consumidores e lojistas. Nessa pesquisa foi constatado que se oferecidos dois produtos similares em preço e qualidade, 67,7%

dos consumidores maranhenses decidiriam por produto fabricado no Maranhão.

Para a gerente-geral da Refrinor, fábrica dos Refrigerantes Psiu, Tânia Miyake Sousa, o que falta para a marca Maranhão ampliar sua visibilidade é melhorar a comunicação da marca com os consumidores, de forma a estimular o orgulho de ser maranhense. “Os produtos fabricados no Maranhão poderiam possuir o selo maranhense como garantia de qualidade e identidade, através do apoio governamental, sugere a executiva.

E ela fala com autoridade. Em 10 anos, os refrigerantes Psiu conquistaram o consumidor maranhense, se consolidaram por aqui, e buscaram novos espaços, participando de eventos e feiras regionais e internacionais, sempre de olho na qualidade. “No ano de 2008 fomos a única empresa maranhense a participar da feira Foodex, no Japão. Também inovamos em novos produtos, como por exemplo, o Psiu Teen Zero Açúcar, que é o primeiro refrigerante cor de rosa sem açúcar. Na fórmula dele utilizamos o Splenda, um adoçante de última geração com o sabor semelhante ao açúcar e que pode ser ingerido pela família toda”, detalha Miyake.



Este ano, a fábrica maranhense também inovou no design das embalagens, nos rótulos e na logomarca, todos alterados. “O rótulo traz a identificação da cultura maranhense que são as fitas do bumba-meu-boi e a logomarca se tornou mais moderna e bonita. Além disso, investimos em tecnologia, pessoas e na qualidade do produto com a finalidade de proporcionar refrescância aos consumidores”, explica a gerente-geral da Refrinor.

A executiva avalia que a qualidade dos produtos maranhenses tem cacife para disputar mercado. Segundo ela, as empresas que investem em qualidade, pesquisa e tecnologia

ARROZ

Outro produto genuinamente maranhense que a cada dia aparece mais nas prateleiras dos supermercados e na mesa do maranhense é o arroz produzido pela Agroindustrial B.B Mendes, do empresário Benedito Bezerra Mendes.

A empreitada no ramo da rizicultura começou em 2006 e hoje o arroz Bom Maranhense, o carro-chefe da empresa, disputa mercado de igual com marcas tradicionais do setor. A fábrica produz ainda outras duas marcas de arroz genuinamente maranhenses: Mais Saboroso e Cremosinho. O empresário



FRANCISCO CAMPOS

podem concorrer de igual com outras empresas do mercado nacional e internacional. Ela enumerou alguns procedimentos adotados pela Refrinor: Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigo e Pontos Críticos (APPCC), International Organization for Standardization (ISO 9001). “Além disso tudo, possuímos um laboratório de primeira linha, que faz todo o monitoramento dos processos e produtos, com a finalidade de garantir a qualidade”, acrescenta Miyake.

possui plantações em Itapecuru, Arari, Vitória do Mearim, São Mateus e Chapadinha e vende o produto para várias cidades do Nordeste.

“O preconceito do maranhense existe quando o produto é ruim, sem qualidade e mal divulgado”, afirma Benedito Mendes. Hoje, após investir R\$ 20 milhões na cadeia produtiva do arroz, afirma que coloca um produto de boa qualidade no mercado. “Investimos em tecnologia e obtivemos um produto de excelente aceitação e com preços competitivos”, garante Mendes.

Na sua avaliação, os produtos oriundos do Maranhão no passado ficaram desacreditados perante o público consumidor por causa da pouca importância que era dada à qualidade do que era produzido. “Antigamente, queriam colocar produtos de qualquer qualidade no mercado”, relembra.

Para obter êxito no negócio, houve muito planejamento. O empresário conta que antes de investir na rizicultura, pesquisou um ano e meio junto à FIEMA e constatou que o estado tinha terras férteis e boa produção, mas carecia de empreendimentos à altura de receber o arroz dos médios, pequenos e grandes produtores. “Resolvemos assumir o problema”, explica Mendes.

Segundo o empresário, quando ele fez o levantamento do volume de produção e consumo do arroz no Maranhão, tinha três objetivos: o abastecimento do mercado interno, o possível fornecimento a outros estados e o fortalecimento dos elos da cadeia produtiva do arroz, desde a produção até a distribuição. “Para montar a agroindústria, sondamos pólos de produção do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, definindo as variedades do produto e os modos de cultivo para o solo e o clima do Maranhão, e a escolha das sementes, adubos e outros insumos”, detalha.

Com os negócios em ascensão e acreditando na força da indústria maranhense, Benedito Mendes defende maior apoio por parte do governo estadual não só com a criação do selo Maranhão, como com a concessão de incentivos fiscais para a indústria local.

“Hoje, um atacadista paga 2% de imposto, enquanto a indústria paga 3,5%. É uma diferença que não deveria existir, se realmente o governo quisesse incentivar os empresários que produzem a ser competitivos lá fora”, analisa Mendes, acrescentando que em outros estados o arroz é um produto com imposto diferido (tributação menor). “Como não temos esse benefício aqui no Maranhão, nosso produto acaba não tendo preços muito competitivos lá fora”, explica.

Com relação ao selo Maranhão, Benedito Mendes observa que, embora ele seja necessário para criar uma marca que identifique o produto genuinamente maranhense, os mecanismos de controle de qualidade devem ser eficientes. “Não basta só criar o selo, devem ser definidos padrões de excelência para que o consumidor identifique que aquele é um produto de qualidade”, ressalta.

FC OLIVEIRA

Outra empresa genuinamente maranhense cujas vendas têm crescido nos últimos anos, principalmente pela grande aceitação do consumidor maranhense é a FC Oliveira, do empresário Francisco Carlos de Oliveira, de Codó. A empresa-âncora tem 27 anos e atua nos ramos de extração de óleo vegetal (babaçu), fabricação de produtos de limpeza das marcas Econômico e FC Oliveira, além de beneficiamento de arroz e empacotamento de açúcar.

As grandes vedetes do grupo empresarial são as marcas Econômico e FC, que disponibilizam mais de 80 itens de higiene e limpeza, entre água sanitária, amaciantes, desinfetantes, detergentes, sabonete, álcool multiuso, sabões em pó e em barra, todos produzidos pela indústria em Codó e hoje distribuídos para 17 estados e até mesmo para a Colômbia.

Segundo a gerência industrial do grupo, além da qualidade dos produtos que determinou uma excelente aceitação no mercado maranhense, a qualidade de vida dos nordestinos melhorou muito nos últimos anos, o que elevou o consumo.

Os bons resultados do mercado nordestino levaram a FC Oliveira a apostar também no Norte do país. Para poder atender melhor aos clientes da região, a empresa tem um centro de distribuição em Belém (PA) e Fortaleza (CE). No último grande investimento realizado pela empresa, em 2006, de mais de R\$ 5 milhões para ampliar a produção, foram priorizados investimentos para a área de líquidos, com ampliação das instalações e linha fabril de amaciantes, desinfetantes e água sanitária.



O empresário Francisco Carlos de Oliveira, cearense de nascimento, defende a valorização dos produtos feitos no Maranhão, principalmente pelo fato de aqui existir matéria-prima abundante, no caso dos produtos de limpeza. “Não justifica, por exemplo, comprar sabão de outros estados se nós é que produzimos o óleo de babaçu que é a base do sabão”, observa.

OLEAMA

Após ser comprada em dezembro do ano passado pelo grupo Rosatex -companhia especializada em produtos de limpeza e cosmético de São Paulo - a Oleaginosas Maranhense (Oleama), que produz óleo de babaçu e os produtos de limpeza Real, União e Polar, está tendo o parque industrial revitalizado e modernizado, com investimentos que devem chegar a R\$ 20 milhões.

Desde 1961 no mercado de higiene e limpeza maranhense, a Oleama está com fôlego novo e lançou, mês passado, a lâ de aço Real, três novas fragrâncias do desinfetante Real (herbal, eucalipto e silvestre) e, para inovar, criou novo visual para as embalagens das linhas Polar e Real, tornando-as mais atraentes, seguras e informativas.

“Os produtos da Oleama têm tradição no mercado e queremos melhorar a qualidade e torná-los mais agradáveis visualmente”, explica Sidnei Rosa, diretor da Rosatex. Assim, no caso dos desinfetantes, está sendo utilizado um material resistente que protege o produto durante o transporte, garantindo a qualidade desde a fábrica até o consumidor final.

O executivo informou que, no momento, uma das prioridades na Oleama é reativar os equipamentos que fabricam os sabonetes Flores da Serra, situados no seu parque industrial, na BR-135. Os sabonetes, cuja produção foi interrompida há dois anos, serão relançados no mercado, provavelmente com o nome Double Hydrate, um investimento estimado em R\$ 3 milhões. Outra preocupação é com as novas embalagens dos demais produtos, todos agora ecologicamente corretos, como é o caso das garrafas pets dos desinfetantes, fabricados com material 100% reciclado. ■

CAPA

EDGAR ROCHA



MAROLINHA OU TSUNAMI?

A onda chegou e compromete setores importantes, especialmente os que dependem das exportações

Por Cíntia Machado

Quando a economia americana começou a dar claros sinais de que precisava de cuidados especiais para continuar robusta - em setembro do ano passado - o mundo inteiro ligou o sinal de alerta. Alguns meses depois e a onda já atingiu economias como a brasileira. De repente, setores mais expressivos da economia local, como de ferro gusa, construção civil e agronegócio, já contabilizam prejuízos enormes. Para os economistas, os principais canais de transmissão dessa maré ruim são o crédito, as exportações e as finanças públicas. Mesmo com o dilúvio de más notícias, aconselham os especialistas, é hora de repensar o modelo de desenvolvimento baseado na exportação de *commodities* adotado até agora. Agregar valor ao produto e voltar parte da produção para o mercado interno podem ser um indicativo positivo em dias de maré mansa ou de fortes correntezas.

Se pensarmos que a economia mundial está toda globalizada e funciona como uma grande teia, fica fácil perceber que se um 'ponto' dessa imensa rede rui, todos serão afetados. Como num efeito dominó planetário, o estrago é só uma questão de tempo. "Essa é uma crise profunda e vai levar bastante tempo para a economia mundial voltar a crescer. Os impactos são

tão fortes que está mais para tsunami do que para uma marolinha", anteviu o economista Felipe de Holanda, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). "A crise é grave e já atingiu fortemente os setores produtivos da economia, como o crédito e a arrecadação governamental", opinou o economista José Cursino Raposo Moreira, vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-MA).

Se os efeitos da crise no Brasil são menos intensos, dizem os especialistas, é porque de certa forma o país tem fundamentos econômicos 'saudáveis', como o setor bancário saneado, reserva em moeda forte, vai bem nos aspectos fiscais e tem a inflação controlada. Ainda assim, os impactos na nossa economia são devastadores. "Se o PIB (Produto Interno Bruto) nacional vai zerar ou ficar em 1%, é mero detalhe, pois já perdemos esse *round*", assegurou Moreira.

MARANHÃO

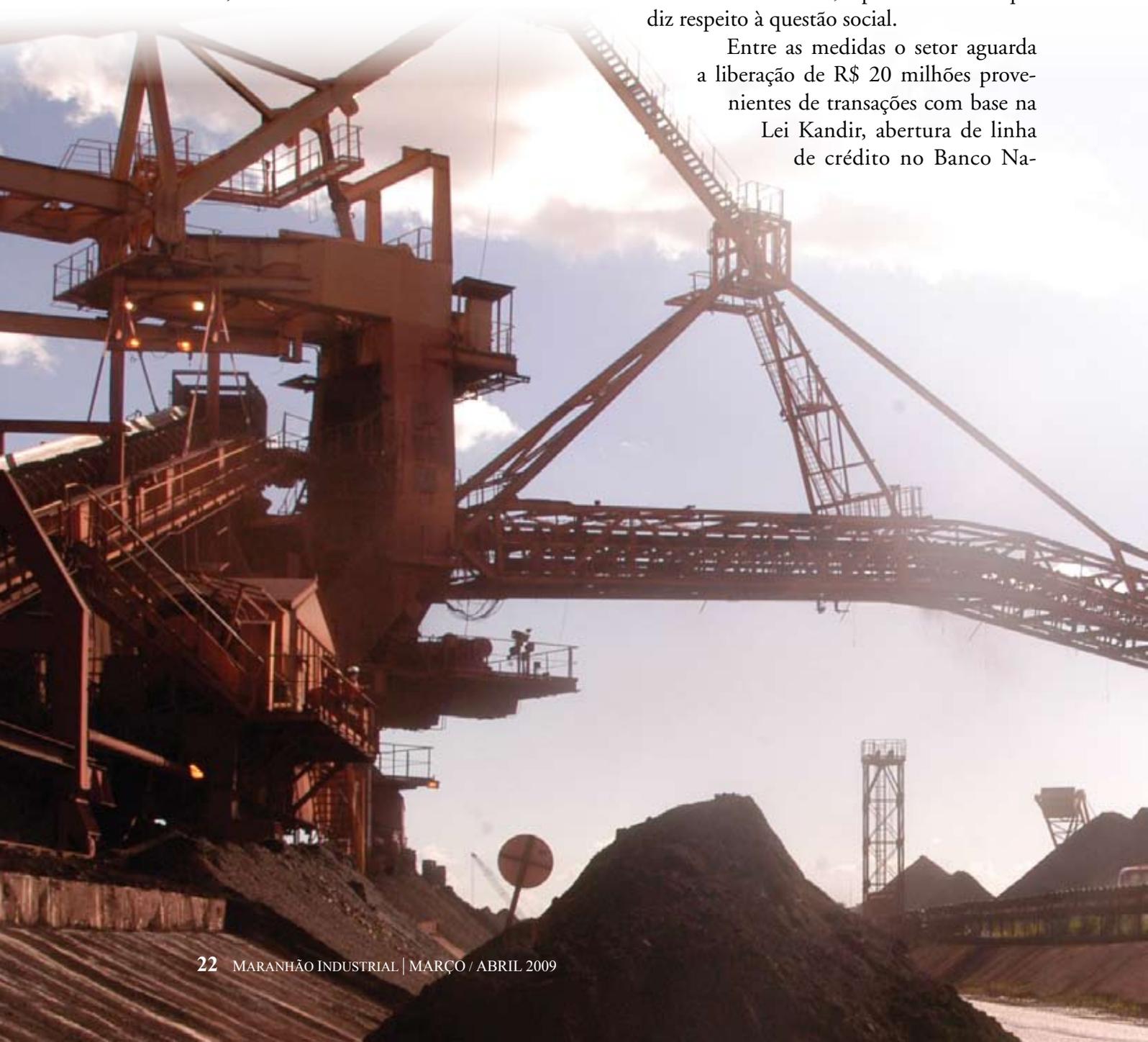
Os principais canais de transmissão da crise foram o crédito, as exportações e as finanças públicas. Como quase a totalidade da pauta exportadora do estado, mais de 98% - está concentrada nas *commodities* minério, ferro gusa e soja, a situação é mais crítica nesses setores,

além, é claro, da construção civil, responsável por gerar o maior número de empregos na indústria local.

De janeiro a março de 2009, se comparado ao mesmo período de 2008, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o estado fechou a balança comercial com déficit de 71,49%. As exportações para países como Estados Unidos (-61,27%), Índia (-81,30%), Emirados Árabes Unidos (-72,34%) e China (-28,07%) despencaram do alto de uma onda gigante, com exceção do Japão, que cresceu 699,21%.

Além do crédito escasso para a agricultura, a crise empurrou para baixo o valor das *commodities* minerais, o que acertou em cheio a economia maranhense. Das sete guserias instaladas no estado, apenas três estão funcionando e somente com 20% da capacidade instalada. Regiões inteiras impulsionadas pela produção de ferro gusa estão vendo desaparecer os postos de trabalho, como é o caso de Açailândia. O Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (SIFEMA), além de outras instituições ligadas ao setor, estão cobrando do governo federal medidas para minimizar os efeitos nocivos da crise, especialmente no que diz respeito à questão social.

Entre as medidas o setor aguarda a liberação de R\$ 20 milhões provenientes de transações com base na Lei Kandir, abertura de linha de crédito no Banco Na-



cional de Desenvolvimento Social (BNDES) para reflorestamento e redução do preço do minério “O Maranhão tem direito a receber essas compensações”, assegurou Moreira, se referindo ao ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Enquanto não se chega a uma solução, empresas como a Vale diminuíram as exportações em 34%, a Margusa Maranhão Gusa S.A em 23,05%, a Cosima em 23,17% e a BHP Billiton Metais S.A em 53,4% nos três primeiros meses do ano, ainda segundo o MDIC.

Os impactos da crise afetaram tanto as exportações que o diretor da Alumar, Nilson Ferraz, declarou em carta aberta que 2009 é o pior ano da empresa. “O preço de venda do metal no mercado, hoje em torno de US\$ 1,350, é bem menor que o custo de produção do alumínio, atualmente no valor de US\$ 1,650. Esse preço de venda vem caindo vertiginosamente – e os estoques vêm crescendo a cada dia por conta da falta de compradores”, declarou em plena fase de negociação salarial com os trabalhadores.

Desde janeiro de 2009, informa ainda o documento, o volume de produção do metal foi reduzido em 17 mil toneladas/ano. “Preservar dinheiro em caixa tem de ser a nossa diretriz nestes tempos de cinto tão apertado”, resumiu Ferraz. Na ponta do lápis, quatro fábricas de alumínio da Alcoa já foram fechadas total ou

parcialmente, sendo uma em Minas Gerais. A Vale, que também está entre as maiores empresas instaladas no estado, também remanejou pessoal, deu férias coletivas e encaminhou muito trabalhador para curso de aperfeiçoamento.

ALIMENTOS

De acordo com dados do último levantamento periódico feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/CONAB), a previsão é de que a área plantada de soja no estado saia de 421,4 mil hectares para 390,7 mil hectares na safra 2008/2009. A produtividade também poderá ser reduzida de 2.996 kg/ha da safra 2007/2008 para 2.916 da atual safra. Em termos globais, a produção de grãos no estado deverá ter 10% da sua área plantada reduzida devido ao crédito mais escasso e caro e à dificuldade em obter insumos e implementos agrícolas. Apesar das estimativas do governo federal não atribuírem relação direta desses números com a crise internacional, economistas garantem que os resultados da safra são fruto das limitações de crédito internacional para plantio. Ainda que a maioria das empresas agrícolas instaladas no Sul do estado tenha financiamento público de instituições como Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Banco do Brasil, nas propriedades maiores o financiamento vem de outros países.



IPI DA CONSTRUÇÃO TRARÁ VANTAGENS PARA O ESTADO

O governo federal tem adotado algumas medidas que, em maior ou menor grau, podem vir a minimizar os efeitos da crise. A redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para os automóveis – iniciada em 12 de dezembro do ano passado e reeditada em 31 de março de 2009 por mais três meses - de acordo com especialistas, impulsionou a venda de carros no estado, mas manteve os empregos apenas nas regiões fabricantes. Já o pacote da construção civil lançado no final de março pode ajudar a manter postos de trabalho no setor, considerado um dos mais dinâmicos da economia local.

Dados de Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA) demonstram que no ano passado foram vendidos 33.809 veículos. Em pleno início da crise econômica, setembro foi o mês com o maior número de vendas no ano: 3.350 unidades. A medida teve bons reflexos nas vendas este ano também.

Já na construção civil a redução do IPI deverá trazer mais ganhos para o estado, visto que investimentos na atividade tendem a gerar de maneira rápida grande número de empregos e renda entre aqueles com baixa qualificação profissional. Outra vantagem é que os imóveis poderão ficar até 8,5% mais barato e o déficit habitacional no estado, que é de mais de 500 mil moradias, diminuir.

Segundo dado do CAGED, de julho a outubro do ano passado, o setor da construção civil apresentou forte demanda por mão-de-obra. Em novembro essa demanda diminuiu e em dezembro já era negativa. Em janeiro/fevereiro deste ano, o nível de emprego tornou-se preocupante. Já foram perdidos, apenas em janeiro deste ano, 3.500 empregos formais, sendo grande parte na construção civil e na indústria. Se a conta for feita de novembro de 2008 a janeiro de 2009, foram perdidos mais de 10 mil empregos no estado. “A indústria que mais emprega em São Luís é a da construção civil. Por isso essa medida trará um

impacto direto sobre a nossa economia”, ressaltou Moreira, lembrando que se a crise perdurar, todos os setores, em maior ou menor grau, serão afetados e que o grande fantasma é o desemprego.

LIMITE

Medidas como a redução do IPI são temporárias porque afetam diretamente a arrecadação pública. Quando abre mão de impostos para incentivar o consumo, o governo federal tem menos dinheiro em caixa para repassar aos estados e municípios. “A transferência de receitas para aplicação em políticas públicas, especialmente as compensatórias do tipo do Bolsa Família, tende a diminuir.

Quanto menor a capacidade do governo em ter receitas próprias, maior impacto isso terá no Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”, antecipou Moreira. Para o Maranhão, esse aspecto é ainda mais preocupante, já que grande parte dos 217 municípios tem nas transferências públicas o maior volume dos seus recursos. “Apenas entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, o Fundo de Participação dos Municípios teve uma perda de 8%, o que representa, sem contar ICMS, R\$ 500 milhões que deixaram de ser investidos no estado”, contabilizou Holanda.

Como depois de toda tempestade espere-se a bonança, os economistas acreditam que esse momento de crise tem muito a ensinar. “É preciso repensar o modelo de desenvolvimento que vem sendo praticado e não dependermos tanto das exportações de *commodities*”, alertou Holanda. Ele cita como exemplo a produção maranhense de alimentos (produção de carne, ovos, leite e derivados a partir do beneficiamento da soja e do milho) e investimentos em saneamento básico. “Quando o mercado falha, o governo precisa entrar com investimentos pontuais e a iniciativa privada também precisa fazer a sua parte por meio de parcerias”, opinou. ■

IMÓVEIS POPULARES

Programa do governo federal confirma tendência da construção civil no estado

Por Cida Macêdo

Incentivos que constam no pacote do governo federal para o setor da construção civil, com liberação de recursos no valor de R\$ 34 bi e redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) de materiais de construção, devem confirmar tendência do setor no estado, especialmente em São Luís. Nos últimos anos, os imóveis da capital estão se tornando cada vez mais verticais e populares. Confirmada a expectativa do governo para os próximos dois anos, o Maranhão – que hoje tem o maior déficit habitacional relativo do país, 38,1%, será o quinto em investimentos. O volume de recursos ainda não foi divulgado.

A questão da moradia sempre foi o ponto fraco para os governos e também o sonho de consumo da maioria dos brasileiros, que sempre esperaram com grande expectativa uma medida que pudesse, pelo menos, minimizar esse grande problema social. O pacote habitacional, lançado na última semana de março para ativar a economia, concentra seu maior esforço na construção de habitações populares para uma clientela de baixa renda, o que significa ganhos mensais de até R\$ 1.800,00.

É intenção do governo financiar um milhão de habitações em todo o país. O Nordeste



é a segunda região em demanda: 34,3% do déficit. O quinto estado mais beneficiado pelo pacote é o Maranhão, que apresenta em termos absolutos déficit de 570.606 unidades. Estes números partem de levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o economista Carlos Alberto Maranhão, a idéia do governo é proporcionar um efeito cascata nas reduções dos custos através da redução do IPI para os principais itens do setor da construção civil até o produto final consumido pelo mutuário. “Essas reduções



darão margem de desconto nos insumos e proporcionarão um realinhamento para baixo da planta de investimentos, levando a um barateamento dos imóveis”, disse o economista. Ao final, avaliou o economista José Cursino Raposo Moreira, os imóveis poderão ficar até 8,5% mais baratos.

Apesar das críticas da oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que não há previsão de recursos para o programa e que o mesmo se estenderá para além deste governo, como uma espécie de política pública, o economista Carlos Maranhão esclarece que os recursos são oriundos de uma base concreta e balizada pela rubrica orçamentária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “O Conselho Curador do FGTS aprovou novo orçamento que destina R\$ 4 bilhões para subsidiar, este ano, empréstimos habitacionais para os mutuários com renda entre três e seis salários mínimos. No programa inteiro, que pretende construir um milhão de casas, os subsídios do FGTS serão de R\$ 12 bilhões, o que classifica como palpável o investimento a longo prazo”, sintetiza Maranhão.

A medida do governo federal agradou não só quem está à espera de realizar o sonho da casa própria, mas também as instituições diretamente ligadas ao segmento, que veem nas habitações populares a grande tendência

da indústria da construção civil. Em São Luís, a Caixa Econômica Federal informa, através de sua Assessoria de Comunicação, que atenderá toda a demanda dentro do prazo estimado, que é dezembro de 2010, sempre com base no déficit habitacional, mas que o valor do recurso ainda não está definido.

O presidente do SINDUSCON/MA, João Alberto Mota, confirma as previsões e compartilha da boa expectativa que o pacote causou no setor da construção civil. Ele diz que a construção de habitações econômicas - casas e apartamentos populares - para pessoas de baixa renda, será a força que determinará o movimento do setor para os próximos anos. “São habitações populares para quem ganha de zero a seis salários mínimos, faixa salarial onde se concentra o maior déficit habitacional do país. Eu creio que, com o lançamento desse pacote econômico, o maior número de habitações vai se concentrar na classe média baixa”, explica João Mota.

O proprietário da Lastro Engenharia, Osvaldino Martins de Pinho, também acredita que as tendências da construção civil em São Luís estão voltadas para a construção das habitações econômicas para a classe média baixa. “O nicho hoje, em São Luís, tem como referência a parte habitacional social, que é o maior déficit que temos. São famílias com renda de até R\$ 1.800

e as unidades disponíveis desse padrão popular serão sempre apartamentos de 42m² e 52m². Em São Luís, nós não temos como horizontalizar, porque o custo do terreno é muito caro.

Mesmo com a presença da crise que se descortina diante do mundo inteiro e apesar da perda de dezenas de postos de trabalho nos últimos meses, o setor da construção civil no Maranhão parece contemplar prósperos horizontes e faz planos otimistas para 2009. Osvaldino Pinho diz ainda que, apesar de já ter contado com dias melhores, este é também um bom momento para a construção civil em São Luís e afirma: “Aqui praticamente não se tem recessão na construção civil”.

Já para a Canopus Construções, que atua no mercado da construção civil há mais de 25 anos, não haverá grandes mudanças no setor e a tendência é continuar a atender tanto a classe média alta, quanto à classe média baixa.

A construtora trabalha com tipos diversificados de imóveis e acredita que em 2009 continuará a seguir os mesmos passos de 2008. A afirmação é de Tiago Vidal de Carvalho, diretor de Vendas e Finanças da construtora. Para ele, as notícias sobre a crise econômica apenas ‘esfriaram’ um pouco o andamento dos negócios, mas o mercado é bem ‘promissor’. Para ele, maior que os efeitos da crise é a velha especulação imobiliária que encarece e às vezes até inviabiliza empreendimentos.

Contudo, a mesma bússola que orienta o setor para um bom momento através da construção, em grande escala, de habitações populares, não deixa a deriva quem atende as classes média e média alta. Ainda de acordo com o presidente do SINDUSCON/MA, “diante da desaceleração da economia e com as demissões que houve em todo o país, os grandes lançamentos devem, apenas, cair um pouquinho”, acredita. ■

PRINCIPAIS ASPECTOS DO PACOTE DA CONSTRUÇÃO CIVIL

- Até 31 de dezembro de 2013, para os projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, com valor de até R\$ 60 mil, cuja construção tenha sido iniciada a partir de 31 de março de 2009, o percentual correspondente ao pagamento unificado dos tributos será equivalente a 1% da receita mensal recebida. A alíquota anterior era de 7%;
- Serão construídas 1 milhão de moradias para quem tem renda de até 10 salários mínimos, ou R\$ 4.650,00. Serão 400 mil unidades para quem ganha até três salários mínimos.
- Serão oferecidas garantias por um fundo do governo para quem perder o emprego por um período que varie entre 12 e 36 meses se já tiver pago pelo menos seis prestações;
- Mutuários, também de acordo com a faixa salarial, serão isentos ou terão reduzidas custas cartoriais e seguro;
- Para quem ganha menos, prestações só começarão a ser pagas quando da entrega do imóvel.

BENEFICIAMENTO DO ALUMÍNIO

Em junho, fica pronto documento que norteará a agregação de valor ao alumínio fabricado no estado

Por Ribamar Cunha

Em 1980, o Maranhão entrava na era da produção de alumínio, simbolizando um novo ciclo na história econômica do estado, pois estava se instalando um dos maiores projetos metalúrgicos da América Latina: a Alumar. O investimento marcou o ingresso do estado no cenário econômico nacional e internacional. Passados quase 29 anos, entre várias expansões realizadas na fábrica, a cadeia produtiva ainda se resume somente à atividade de exportar alumínio bruto, sem valor agregado, para atender as demandas dos mercados interno e externo.

Recentemente, a Alumar investiu R\$ 350 milhões na expansão da linha de redução, com a instalação de 100 novas cubas, elevando em 63 mil toneladas a capacidade de produção de alumínio, que saltou de 380 mil toneladas/ano para 440 mil toneladas. E agora, está investindo mais de R\$ 1 bilhão na ampliação da refinaria, cuja produção passará do atual volume de 1,5 milhão de toneladas para 3,5 milhões de toneladas/ano.

É bem verdade que a instalação da Alumar e suas expansões têm sido responsáveis pela geração de milhares de empregos, além do que tem beneficiado fornecedores locais de bens e serviços e contribuído na arrecadação de impostos. Mas não é o bastante, uma vez que em todos esses anos a sonhada verticalização da cadeia produtiva não vingou, frustrando a expectativa dos maranhenses de atração de novos projetos industriais para o estado, como por exemplo, a instalação de fábricas de liga leve, de painéis, etc.

Lógico que a Alumar não pode ser responsabilizada por isso. A falta de uma política industrial em nível de governo e de ações conjuntas entre o poder público e o setor produtivo é o fio da meada.

Agora, porém, o sonho da transformação do alumínio bruto em produtos industrializados voltou a se tornar uma perspectiva real com um estudo da cadeia liderado pela Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA) em parceria com órgãos do governo, poder legislativo estadual, entidades de classe e empresas (dentre as quais a própria Alumar). Essa nova conjuntura teve seu ponto de partida em 13 de março de 2007, quando os atores acima citados firmaram um protocolo de intenções visando o adensamento da cadeia produtiva do alumínio.

Esse grupo, coordenado pela FIEMA, tomou para si a responsabilidade de executar um importante trabalho visando à verticalização da cadeia do alumínio, com a ajuda da empresa de consultoria Macrotempo. Diversos foram os encontros e discussões para se delinear os caminhos que deveriam ser percorridos para atingir os objetivos.

Chegou-se à conclusão que a realização de um estudo detalhado da cadeia, em todos os seus elos, seria o ponto de partida, pois seriam levantadas as potencialidades e os desafios que deveriam ser superados para que o adensamento realmente venha a se concretizar em forma de atração de indústrias transformadoras do alumínio bruto em produtos de valor agregado.

“Desde o ato de assinatura do protocolo, foram meses de muito trabalho que agora estamos em via de concluir, dando da nossa contribuição, abrindo as portas para o beneficiamento do alumínio no próprio estado, gerando emprego e renda para os maranhenses”, ressaltou o superintendente da FIEMA, Marco Antonio Moura da Silva.

Um estudo preliminar já está disponível, denominado de “Análise das Possibilidades de Adensamento da Cadeia Produtiva de Alumínio no Estado do Maranhão”. Após analisar a cadeia, com base em informações do setor produtivo e também do mercado, chegou-se à conclusão que essa não é uma tarefa fácil, apontando como exemplo, o caso do Rio de Janeiro, onde a empresa Valesul Alumínio S/A, a exemplo do Maranhão, não conseguiu atrair empreendimentos no seu entorno voltados para transformação do produto.

O estudo revela que “caso o adensamento da cadeia de alumínio no Maranhão venha a se concretizar, os empreendimentos serão relativamente pequenos em comparação com a escala produtiva do Consórcio Alumar”, hoje em torno de 447 mil toneladas/ano.

E que dentre os acionistas da Alumar, a estratégia de verticalização talvez fosse adotada somente pela Alcoa, e assim mesmo, focada apenas em produtos resultantes do processo de extrusão, tais como quadros de janelas e portas, trilhos para portas deslizantes, maçanetas, trancas e engrenagens e componentes para automóveis, bicicletas e motocicletas.

O estudo identificou boas oportunidades de adensamento da cadeia do alumínio no Maranhão na área de produtos trefilados, processo utilizado para a fabricação de fios, arame e tubos que atenderiam os segmentos da indústria automobilística, construção civil, eletroeletrônica, farmacêutica, máquinas industriais, telecomunicações, esporte e lazer, entre outros.

Na construção civil, por exemplo, setor que vislumbra crescimento nos próximos meses,

com os investimentos do programa governamental Minha Casa Minha Vida, a demanda por perfis de alumínio para esquadrias, corrimão de escadas, e várias outras finalidades, poderia ser atendida por indústrias de trefilados.

Inclusive, há uma perspectiva que nos próximos dois anos entre em operação a primeira indústria de beneficiamento de alumínio no Maranhão: a Brascopper, que produzirá condutores elétricos e fios esmaltados a partir do alumínio no estado líquido fornecido pela Alcoa.

A empresa, que já dispõe de local definido para instalação no Distrito Industrial de São Luís, produzirá inicialmente 2.500 toneladas de vergalhões de alumínio laminado e 600 toneladas de trefilado.

“A instalação da Brascopper será um divisor de águas na história do alumínio no Maranhão, pois há 29 anos aguardamos por esse momento”, resalta o superintendente da Federação das Indústrias, Marco Antonio Moura, que torce também para que o projeto da empresa Alujet de produzir rodas de liga leve a partir do alumínio no estado líquido, se concretize.

A Alujet demonstrou interesse em investir no Maranhão em 2007, quando em negociações com o governo do estado anunciou que instalaria uma unidade com capacidade para produzir 1 milhão de rodas por ano para atender à demanda dos mercados interno e externo. Pelo cronograma do projeto, as obras de construção iniciariam em 2008 e o *start up* da operação se daria em 2009. Até o momento nada avançou.

Fica a expectativa a partir de junho, quando o estudo estiver concluído, que o novo governo assimile esse documento como instrumento norteador, que mostra claramente a importância dessa cadeia para a economia maranhense, suas potencialidades e gargalos, e desenvolva uma política industrial que atraia investimentos voltados para o beneficiamento do alumínio. ■

LIXO LUCRATIVO

Em São Luís, parte das 1.400 toneladas diárias de lixo gera novas oportunidades de negócio

Por Marta Barros

No Maranhão, mais particularmente em São Luís, a atividade vem crescendo com a criação de fábricas; de empresas intermediárias que fornecem a matéria-prima e com o trabalho de coletadores. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM, atualmente já estão cadastradas 14 empresas, instituições e fábricas que participam da atividade na capital, além de seis empresas que executam o transporte do material. Diariamente, papéis, plásticos, papelão e outros materiais são transformados em produtos que ocupam as prateleiras de supermercados, lojas, atacadistas e pequenos comerciantes, completando o ciclo da atividade.

Afora esse contingente e outros segmentos não cadastrados, o mercado pode se expandir muito mais, uma vez que, segundo dados da SEMMAM, dos 46% dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais depositados diariamente no Aterro da Ribeira, 36% correspondem a material potencialmente reciclável. De acordo com a coordenadora de Recursos Ambientais do órgão, Karina Bontempo, dados de 2008 dão conta de que São Luís produz atualmente 1.400 toneladas de lixo por dia.



O professor Lúcio Macedo, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), contesta a quantidade de lixo produzida em São Luís, com quase 1 milhão de habitantes. Mesmo considerando que o volume de lixo seja menor, Macedo afirma que 60% do lixo produzido são de material orgânico. Os outros 40% são de material inorgânico, dos quais apenas 10% são de rejeito, ou seja, material que não pode ser reaproveitado.

Graduado em Engenharia Civil pela UEMA, especialista em Engenharia Sanitária, mestre e doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), Macedo acredita que “temos que caminhar para a reciclagem”. Segundo ele, a vida útil do Aterro da Ribeira, onde é depositada diariamente parte do lixo de São Luís, já foi alcançada. “No começo achávamos que essa vida útil seria maior, mas em 2003 o aterro começou a apresentar problemas de cobertura, como limitação de ar, e uma série de problemas operacionais. Hoje se sabe que existem naquela área pelo menos 30 hectares que poderiam ser usados por mais algum tempo. Mas teremos que partir para outras soluções. Dentre elas, a reciclagem”, avisa o especialista.

LUCRO

Se para os catadores o lucro é pequeno, para o proprietário da Ripel Reciclagem, Ricardo Braga, a atividade é rentável. Única fonte de renda do empresário, a empresa, que funciona no bairro do Anil, conta com 18 empregados, dois caminhões para transporte do material, além de aproximadamente 100 clientes.

No meio do processo, a Ripel faz o trabalho de seleção do material por tipo, a limpeza e a prensagem do material que vai ser vendido às indústrias. Mensalmente, são cerca de 250 toneladas de material recolhido - entre papel e papelão - adquirido de diversas empresas ou a partir de parcerias. A maior parte desse material é comprada junto a catadores, empresas ou pessoas físicas. Do total, a perda é de aproximadamente 10%. Com a média de preço variando entre R\$ 0,10 (papel) e R\$ 0,15 (papelão) o quilo, o lucro da empresa fica em torno de 30%, avalia o empresário. “O mercado de reciclagem cresceu. Hoje existe uma movimentação maior, porque as pessoas já sabem que há indústrias no Distrito Industrial que compram o material”, disse.

Na ponta da cadeia da reciclagem, as fábricas transformam o material coletado e selecionado em novos produtos. Uma delas, a Emapla, que fabrica sacos de lixo e sacolas plásticas, sacos para gelo e para mudas de plantas a partir de polietileno de baixa densidade (sacolas plásticas e filme) fica no bairro do Tibiri e emprega 60 pessoas.

Com capacidade mensal de produção de 60 toneladas - 40t de sacolas e 20t de sacos para lixo -, a fábrica alimenta o mercado de São Luís (30%), Piauí (30%) e interiores maranhenses com 1,25 milhão de sacos de lixo e outros 33 milhões de sacolas plásticas. Quem informa é o gerente industrial da Emapla, Jânio Roberto Pereira. Para alcançar esses números, o total de matéria-prima deve atingir 90 toneladas/mês, já que a perda corresponde a 30%.

Da chegada da matéria-prima à fábrica até o produto final são aproximadamente 24 horas, explica o gerente. O fardo de sacos de lixo

custa em média R\$ 20, enquanto o das sacolas é de cerca de R\$ 5. De acordo com Jânio, o material pode ser reaproveitado sempre. Segundo o gerente, o lucro da empresa gira em torno de 10% líquidos. Aos funcionários cabe a margem de 25% do faturamento, afirma. “Tem muito dinheiro no lixo”, garante o empresário.

A julgar pelo depoimento do gerente industrial da Alpes, Alexandre Magno Nogueira de Medeiros, a afirmação procede. Com 130 funcionários que se dividem em três turnos para uma jornada de trabalho de 24 horas, a fábrica tem uma produção de 18 a 20 toneladas de papel higiênico (bobina) por dia. Boa parte da produção - 80% - é comercializada no mercado interno.

Para a produção são necessárias, em média, de 25 a 27 toneladas de matéria-prima (papel de gráfica, revista, etc). Além de São Luís, o material é procedente do interior do estado e de outras unidades da federação, como Pernambuco e Bahia. A perda é pequena, explica o gerente. O aproveitamento é em torno de 75%. “A média de lucro é boa e o mercado tem potencial para muito mais”, garante o empresário.

Metais ferrosos originados de eletrodomésticos (geladeiras, fogões e outros), de construções ou de veículos. Esses são os materiais com que trabalha a J. R. Lemos Massetti, empresa que recicla sucata. Segundo o proprietário, José de Ribamar Massetti, siderúrgicas em Recife, Salvador e Fortaleza são os destinos finais do material que é prensado na empresa e transportado em caminhões para as siderúrgicas, no caso de material leve. Os materiais pesados são transportados em estado bruto.

Há 30 anos no mercado, Massetti diz que o volume de compra diário é em torno de 10 a 12 toneladas adquiridas de sucateiros e coletadas pela própria empresa. “Isso hoje, por causa da crise financeira. Antes, era entre 25 a 30 toneladas”, ressalta. Comprada a 150 reais, a tonelada é vendida por R\$ 200 reais. Segundo Massetti, a margem de lucro varia entre 8 a 10%. “O bruto chega a 30%, diz. Mas as despesas são muitas”, alerta.

O OUTRO LADO DA RECICLAGEM

Oriundo da década de 70, quando as preocupações com o meio ambiente passaram a ser tratadas com maior rigor e, principalmente, quando se constatou que as fontes de petróleo e outras matérias-primas não retornáveis estavam se esgotando, o termo reciclagem aponta para a utilização de detritos no ciclo de produção do qual saíram.

Conjunto de técnicas cujo objetivo é aproveitar esses detritos e que compreende o desvio, coleta, seleção e processamento desse material de modo a permitir que o mesmo seja utilizado na confecção de novos produtos, a reciclagem ganha espaço em todo o mundo tanto pela importância na preservação da natureza quanto em função dos lucros que advêm da atividade.

No Brasil, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, pesquisa do IBGE indica que dos 5.564 municípios brasileiros, 65% possuem lixões e 327 cidades têm sistema de coleta seletiva, das quais 43,5% em parceria com cooperativas. Em todo o país, existe cerca de 1 milhão de catadores.

Um dos dez países com maior taxa de reciclagem de papel no mundo (45,8%), o país recicla cerca de 3,3 milhões de toneladas de papel anualmente. Em relação ao plástico, o Brasil é o segundo do ranking, com um índice de 16,5%. Na reciclagem de latas de alumínio, o país é o líder mundial, com 120 mil toneladas por ano, o que equivale a 9 bilhões de latas.

MEIO AMBIENTE

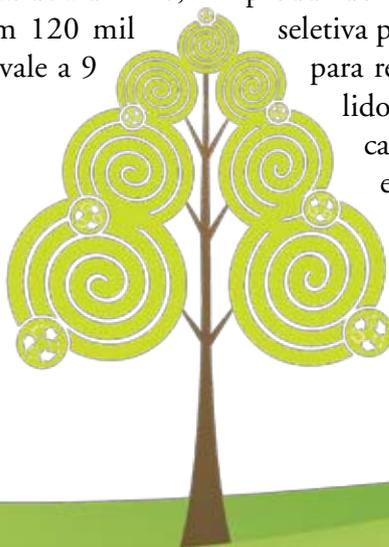
Mas o lucro financeiro não é o único objetivo da ati-

vidade de reaproveitamento de materiais. Para o Instituto Harmonia Social, cujo objetivo é a educação ambiental, a reciclagem é o meio a partir do qual a entidade recolhe papel doado por empresas e instituições para repassar à Fundação Antonio Jorge Dino, que trata pessoas com câncer. A renda do material é destinada à ajuda das crianças atendidas pela entidade.

A cidadania é outro objetivo que impulsiona a atividade. Segundo a coordenadora de Recursos Ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Karina Bontempo, o Projeto Reciclagem Cidadã pretende conscientizar os servidores municipais e a população para a importância da reciclagem na preservação da natureza.

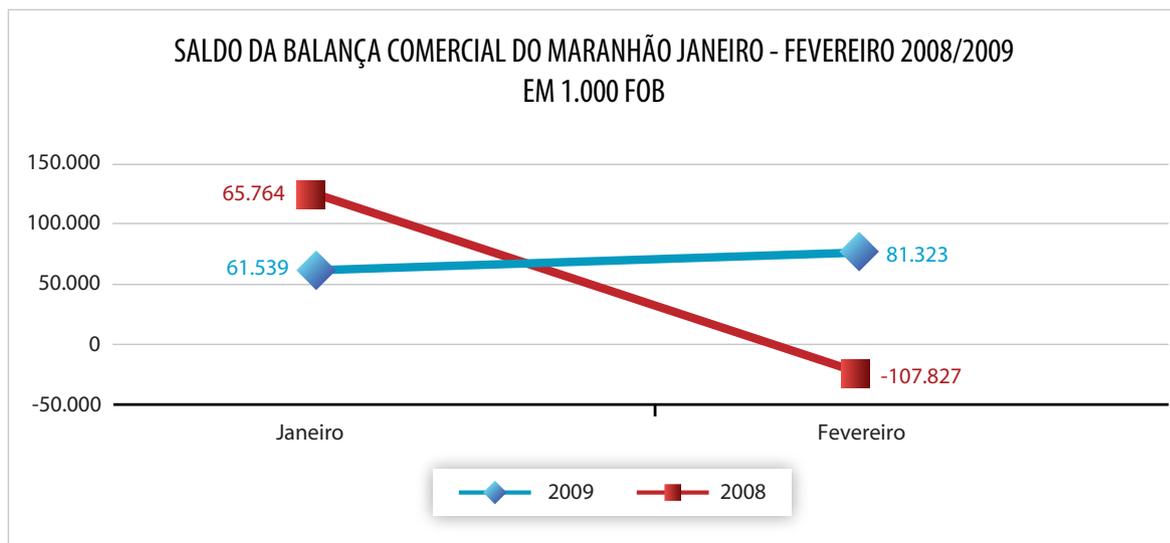
No CEFET, alunos do curso de Artesanato utilizaram jornais para a produção de cestas, bolsas, carrinhos, sacolas e outros produtos. A instituição já dispõe de um laboratório com triturador, prensa e outros equipamentos necessários à reciclagem de papel que deve dar maior vulto à atividade. A idéia é capacitar alunos e comunidades para que eles mesmos possam fazer esse trabalho e gerar renda, explica a técnica em reciclagem Valquíria Alves Viegas.

Na Taguatur Veículos, um projeto de reciclagem busca reduzir o volume de lixo produzido na empresa e implantar a coleta seletiva para o reaproveitamento de papel para reciclagem. Além do material sólido, a água utilizada na lavagem de carros e outras utilidades é tratada e reutilizada, segundo informa a assessora de planejamento e gestão da empresa, Siane Melo. ■



SUPERÁVIT COMERCIAL EM 2009

Fonte: SECEX/Alice Web; Elaborado: FIEMA/CIN



O Maranhão obteve superávit na Balança Comercial nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, apresentando mais de US\$ 142.800 de saldo positivo – o que representa uma variação de 439% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações, comparando com o ano passado, decresceram quase 14%, o que não representa uma diferença tão grande principalmente com relação à variação das importações, que sofreram consideráveis decréscimos, de pouco mais de US\$ 350 milhões para 121.352 milhões.

É importante destacar que o Brasil obteve superávit da Balança Comercial mesmo apresentando uma queda com relação à variação comparando-se com o mesmo período do ano passado. O Brasil vem apresentando bons resultados com relação à Balança Comercial, segundo estatística do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Por agregação de valor, as exportações maranhenses de produtos básicos apresentaram diminuição de mais de 44%. Os produtos industrializados registraram decréscimo (4,07%). A pauta exportadora maranhense continuou composta, em sua maioria, pelos derivados de alumínio e ferro, seguidos da soja, em grãos e farelo. O valor exportado dos seis primeiros produtos, em US\$ FOB, representou um pouco mais de 99,17% do total enviado ao exterior.

Os Estados Unidos fecharam o mês de fevereiro de 2009 liderando o ranking das exportações maranhenses. Suíça, Japão, Itália e China ficaram em 2º, 3º, 4º e 5º lugar, respectivamente. As empresas Alcoa Alumínio S/A, Viena Siderurgia S/A, e Vale finalizaram o mês de fevereiro de 2009 nas primeiras posições das empresas que mais exportaram (em termos de valor US\$ FOB). ■

A LÍNGUA

O mercado que faz das letras um negócio está se adaptando ao novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Por Selma Figueiredo

Muita gente já está tirando de letra enquanto outros ainda estão no rascunho, tropeçando nas regras ou buscando adaptar-se às normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Mas, e quem faz da língua a arte do trabalho, como está traçando as linhas desse novo momento? Se autores e pesquisadores se ressentem de uma reforma bem mais profunda e completa, o mercado editorial começa a sentir o peso financeiro de tais mudanças.

Cálculos do editor maranhense Félix Alberto Lima, da Clara Editora, contabilizam um aumento entre 7% e 10% no custo de um projeto de publicação de 500 exemplares de um livro de 150 páginas, em papel comum e com miolo em preto e branco, sem ilustrações. O custo total gira em torno de R\$ 6 mil a R\$ 7 mil.

“Precisamos contratar um profissional especializado para revisar o texto já dentro das novas regras. Uma de nossas maiores dificuldades hoje são os programas de edição textual, como o Word, cujo padrão anterior de correção automática ainda não está adaptado ao acordo. O cuidado do profissional deve ser redobrado, o que tem até atrasado o processo de produção”,

salienta.

Os novos títulos da editora, que tem no catálogo 18 livros, já estão sendo trabalhados dentro do novo modelo ortográfico. O próximo a ser lançado deverá ser “Aconteceu em Brabadina”, com contos de Augusto Pellegrini. As obras já lançadas, no entanto, só serão atualizadas em caso de necessidade do mercado ou mesmo de uma releitura obrigatória. “Os custos inviabilizam o relançamento. Acredito que a realidade é a mesma nas grandes editoras do país”, argumenta o editor.

Apesar das dificuldades enfrentadas no trabalho, Félix Alberto Lima vê com bons olhos o Acordo. “A reforma é oportuna, pois na engrenagem da língua portuguesa havia muitos elementos gráficos sem valor. Ela também fortalece o idioma, já tão marginalizado no resto do mundo”, resume.

ABRANGÊNCIA

Com obras lançadas por editoras nacionais, o escritor José Ewerton Neto afirma que os lançamentos da Escrituras – pela qual relançou recentemente “O menino que via o além” – só deverão chegar atualizados ao mercado



REFORMADA

a partir de janeiro de 2010. “O argumento é o prazo para a adaptação, que vai até 2012”, esclarece Ewerton, que também já trabalhou pela Revan.

Por enquanto, ele não vislumbra a reedição de suas obras atualizadas. “Adoraria relançá-las e a idéia é fazer isso. Mas, por enquanto, não tenho como”, diz o escritor, cujo livro “O menino que via o além” foi adotado como obra paradidática pelo governo de Minas Gerais – a reedição, feita no fim do ano passado, não foi formatada seguindo as novas regras.

Na visão do autor de “Ofício de Matar”, a reforma ortográfica deveria ter sido mais incisiva e abrangente. “As mudanças deveriam ter sido mais fortes, para abranger outros pontos. Não ficar apenas centrada em acentos sem utilidade. Os ajustes feitos, diante do custo de uma reforma como essa, deveriam dar margem para não se fazer outra tão cedo. Deveriam ter feito algo definitivo, como no caso do trem, que foi extinto. Acho que as regras deveriam ter simplificado a língua para melhorar o uso pelas pessoas”, enfatiza.

CONFUSÃO

A opinião é comungada pelo presidente da Academia Maranhense de Letras (AML), Lino Moreira, que tem muitas críticas ao Acordo. “Não há escapatória, é lei e temos que

cumprir, mas vejo que a reforma criou muita confusão porque não atinge muitos pontos da língua e se restringe a 0,5% do léxico brasileiro. Apesar de julgá-la importante, acredito que é muito barulho por pouca coisa”, afirma Moreira.

O argumento que mais pesa como positivo, segundo o presidente da AML, é a melhoria do intercâmbio literário. “Agora, teremos acesso a documentos importantes em nossa língua. É que antes, como havia dois português oficiais, o de Portugal e o do Brasil, os órgãos não sabiam em qual imprimir e acabavam deixando o idioma de lado. Isso deve mudar, o que é bom”, afirma ele, que já produz seus documentos e textos de acordo com a nova ortografia.

Na Academia, no entanto, a movimentação é pequena em torno das mudanças e, até o fim de março, nenhuma atividade estava programada para discutir o tema. Mas, para quem quer tirar dúvidas, uma edição do novo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), lançado pela Academia Brasileira de Letras, será disponibilizado para consulta pública na biblioteca da AML.

RECOMENDAÇÃO

Nas salas de aula do curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA),

o Novo Acordo Ortográfico ainda não está no programa, mas os mestres já estão alertando os alunos para as alterações. “Ainda não tomamos nenhuma decisão nesse sentido, mas a pretensão é fazê-lo. Estamos nos reunindo no colegiado para definirmos juntos o caminho a ser trilhado nesse período de adaptação. Os professores já estão chamando a atenção dos estudantes para as novas regras e recomendando obras para os alunos, que, por enquanto, são poucas”, afirma a coordenadora do curso, Veraluce Lima dos Santos.

Para a professora, a mudança deveria ter sido mais séria e mais profunda em alguns pontos. “Não é uma reforma que veio para facilitar ou ajudar na compreensão da língua. Na reforma, nem todos os prefixos foram revistos e o uso, por exemplo, dos “porquês” e de outras palavras, que complicam a vida de todos, não foi revisto”, assinala a coordenadora.

Na avaliação de Veraluce Lima dos Santos, os alunos do curso estão aceitando a reforma, mas a criticam por não ser substan-

cial. E a professora complementa taxativa: “A mudança ocorreu por motivos políticos. O argumento de que facilitará o intercâmbio de obras é inadequado. As alterações não farão com que se entenda o idioma falado em outros países, pois isso vai muito além das questões formais”.

E longe dessas questões de formas e normas é que navegam os compositores musicais. O maranhense Josias Sobrinho, por exemplo, afirma que ainda não parou para fazer um estudo profundo e está acumulando informações sobre o assunto.

“Minha prática, como criador de fonemas musicais, se dá pela via oral e não pelo recurso gráfico. Meu trabalho é intuitivo, não segue regras gramaticais. Então, não há essa preocupação com ortografia. Não tenho a pretensão de produzir obras literárias, apesar de ter o cuidado de escrever as letras e guardá-las”, diz o autor do sucesso “Engenho de Flores”, revelando ainda que, com o tempo, deve incorporar a reforma às suas criações.

O PORTUGUÊS UNIFICADO

Assinado por oito países que falam o idioma, o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrou em vigor no Brasil em janeiro deste ano, mas os brasileiros terão quatro anos para adaptação. O texto foi assinado em Lisboa, no dia 16 de dezembro de 1990. Além do Brasil, foi aprovado por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, ao fim de uma negociação entre a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras iniciada em 1980. Após obter a sua independência, Timor-Leste aderiu em 2004.

O objetivo é instituir uma ortografia oficial única da língua portuguesa e com isso aumentar o seu prestígio internacional. Os países seguem o exemplo do castelhano, que apresenta bastante variação, quer na pronúncia quer no vocabulário entre a Espanha e

a América hispânica, mas sujeito a uma só forma de escrita, regulada pela Associação de Academias da Língua Espanhola.

A adoção do Acordo, alterará a grafia de cerca de 1,6% do total de palavras em Portugal e de 0,5% no Brasil. A reforma alterou a acentuação, extinguiu o uso do trema e sistematizou a utilização do hífen, entre outras mudanças. Assim, palavras como “heróico”, “idéia” e “feiúra”, por exemplo, deixarão de ser acentuadas. Outra alteração foi a “entrada” do K, W e Y de uma vez por todas no alfabeto.

No último século, ocorreram duas grandes reformas ortográficas no Brasil (a primeira em 1943 e a segunda em 1971), sem incluir os pequenos ajustes. Desde as primeiras décadas do século XX, cogitava-se um acordo ortográfico entre Brasil e Portugal, visando a unificação. ■

CURSOS NA ÁREA DE COMÉRCIO EXTERIOR

- ▶ **Sistemática de Exportação – 8 horas**
- ▶ **Sistemática de Importação – 8 horas**

Objetivo:

Proporcionar aos participantes conhecimentos gerais que os capacitem no desenvolvimento das atividades de importação e exportação apresentando o funcionamento de sua sistemática com ênfase nos aspectos práticos e operacionais.

Público-Alvo:

A estudantes, profissionais e empresários que desejem saber mais sobre Comércio Exterior.

Facilitadora:

Romênia Marinho Rocha Rodrigues

- Graduada em Administração com habilitação em Comércio Exterior.
- Pós graduada em Direito e Negócios Internacionais (UFSC), Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte (UCB).
- Agente de Comércio Exterior e Despachante Aduaneiro
- Atua há 15 anos em consultoria e assessoria técnica para empresas da área internacional

**Professores e
Certificação
Aduaneiras/SP**

27 e 28/05

Vagas Limitadas

Realização



Centro Internacional de Negócios
do Maranhão



Patrocínio



Apoio



Conselho Regional
de Administração
do Maranhão



Informações (98) 3212-1896 E-mail: cin@fiema.org.br

MEMÓRIA

Por Luís Fernando Baima

1912 FÁBRICA SÃO LUÍS

Na praça desde 1875, a Franklin Machado & Cia, estabelecida na Rua de Nazaré, 42, fabricava os famosos cigarros Reforma e Cruz Vermelha, segundo registros assentados na Junta Comercial, em 17 de abril de 1912. Com esses dois produtos, a Fábrica São Luís concorria com um florescente mercado de produtos de tabacos, que incluía outras indústrias do ramo como a Lauletta & Maya; a Fábrica Popular, de José Santos Azevedo; a Luciano Oliveira & Cia; a Fábrica Caxias, de Augusto Olympio Guimarães; e a Fábrica Elba, de Ribeiro & Silva. No mercado, além de outras marcas, poderiam ser encontrados os cigarros Camões, Caporal, Conselheiro Gomes de Castro, Exposição e Maranhão.



DO MARANHÃO PARA A SUA MESA

**Ao comprar um produto da Agroindustrial BB Mendes
você terá a certeza que foi inteiramente produzido por
maranhenses.**

Após uma extensa pesquisa do mercado e da cadeia de produção de arroz, o Grupo BB Mendes lança a Agroindustrial BB Mendes, responsável por levar ao consumidor maranhense um produto genuinamente produzido no Maranhão.

Isso beneficia as lavouras do estado, incluindo toda a cadeia de processo local, garantindo à você um produto da mais alta qualidade e valor nutritivo.

É o Grupo BB Mendes investindo no que o Maranhão tem de melhor: o seu povo e a sua terra.



Caminho do Tabuleirão, S/Nº
Piçarra - Itapecuru-Mirim/MA • CEP: 65485-000
Fone: (98) 3463.1296/1422 • Fax: 3463.1461
grupobbmendes@grupobbmendes.com.br
www.grupobbmendes.com.br

Arroz Bom Maranhense Parboilizado
Arroz Bom Maranhense Polido



Centro Internacional de Negócios
do Maranhão

PASSAPORTE PARA SEU PRODUTO FAZER SUCESSO INTERNACIONAL

PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS

CERTIFICADO DE ORIGEM

CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL

INTELIGÊNCIA COMERCIAL



www.fiema.org.br • cin@fiema.org.br
(98) 3212-1896